

MOBILIDADE INTERGERACIONAL EDUCACIONAL NO BRASIL*

INTERGENERATIONAL EDUCATIONAL MOBILITY IN BRAZIL

Kevin Veiga Silva**

Thomas Kang***

RESUMO

Este artigo é uma revisão sistemática da literatura nacional e internacional sobre mobilidade intergeracional educacional no Brasil. A presente revisão, tipificada como narrativa de acordo com a abordagem de Rother (2007), foi realizada por meio da utilização de bancos de dados científicos reconhecidos como: Scielo, Google Acadêmico, Repositório Ipea e de alguns periódicos nacionais de destaque. Além disso, parte da metodologia empregada foi à busca dos artigos com referências diretas a Ferreira e Veloso (2003), um dos principais marcos da literatura. O tema geral do trabalho aborda a relação da persistência educacional dos pais em relação ao nível de educação dos seus respectivos filhos. A maior parte dos estudos se concentra no período entre as PNADs de 1996 e 2014. Os resultados demonstram diminuição do grau de persistência, ou seja, cada vez menos a influência da educação dos pais tem relevância em relação a educação de seus progenitores. Compara-se esses resultados em países desenvolvidos como Estados Unidos, Itália, Suécia, com países da América Latina, como Brasil, Chile, Peru. O trabalho também apresenta as estimativas de grau de persistência intergeracional para o Brasil e suas principais metrópoles, como Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, entre outras. Apresentam-se conjuntamente as estimativas de persistência intergeracional de educação para migrantes, cuja maioria deixou o Nordeste para chegar ao Sudeste.

Palavras-chave: Mobilidade. Educação. Intergeracional.

ABSTRACT

This article is a systematic review of national and international literature on intergenerational educational mobility in Brazil. This review, typified as a narrative according to Rother's (2007) approach, was carried out using recognized scientific databases such as: Scielo, Google Scholar, Ipea Repository and some prominent national journals. In addition, part of the methodology employed was the search for articles with direct references to Ferreira and Veloso (2003), one of the main landmarks in the Brazilian literature. The general theme of the work addresses the relationship between parents' educational persistence and the level of education of their respective children. Most studies concentrate on the period between the 1996 and 2014 PNADs. The results show a decrease in the degree of persistence, that is, the influence of parental education is less and less relevant in relation to the education of their children. These results are for compared in developed countries such as the United States, Italy, Sweden, and also, with Latin American countries, such as Brazil, Chile, Peru. The study also presents estimates of the degree of intergenerational persistence for Brazil and its main metropolises, such as Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, among others. The article also presents estimates for internal migrants, who mostly left the Northeast to reach the Southeast.

Keywords: Mobility. Education. Intergenerational.

* Trabalho de Conclusão de Curso apresentado, no primeiro semestre de 2023, ao Departamento de Economia e Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

** Aluno do curso de graduação em Ciências Econômicas - UFRGS. (veigakevin@outlook.com).

*** Doutor em Economia pela UFRGS. Professor do Departamento de Economia e Relações Internacionais da UFRGS. (kang.thomas@gmail.com).

1 INTRODUÇÃO

A mobilidade educacional, segundo Mahlmeister *et al.* (2019), é objeto de estudo assíduo na literatura que trata das investigações sobre os possíveis determinantes da desigualdade de oportunidades. Essas pesquisas comumente afirmam que os níveis econômicos das pessoas possuem ampla influência intergeracional (PASCHOAL, 2008). Além disso, os trabalhos na área estabelecem dois conjuntos de fatores responsáveis pelo destino social que os indivíduos ocupam: elementos relacionados ao empenho, que são situações suscetíveis de serem alteradas pela pessoa, e elementos que estão além do controle do indivíduo (FIGUEIREDO; SILVA; REGO, 2012). Essa separação coincide com o modelo de igualdade de oportunidades de Roemer (1998), em que a desigualdade de renda entre os indivíduos pode ser explicada por conta de (i) fatores de responsabilidade pessoal, como nível educacional e horas trabalhadas por período, e (ii) por fatores circunstanciais, que não são de escolha do indivíduo, como o background familiar, nível educacional dos pais, rendimentos da família, raça, gênero e região de nascimento. Como delineado por Gonçalves e Silveira Neto (2013), os efeitos dessas variáveis no Brasil são muito importantes, devido ao alto grau de correlação intergeracional do nível educacional dos indivíduos, logo o estudo e a investigação dessas condições são essenciais para o entendimento da mobilidade de educação na sociedade brasileira.

Ao destacar o aspecto dos fatores circunstanciais, o modelo de Roemer (1998) motivou ainda mais a produção de trabalhos sobre a desigualdade educacional e a mobilidade educacional entre gerações. Diante disso, a pergunta central do trabalho será: qual é o papel da educação dos pais em relação à educação dos filhos no Brasil, conforme a literatura?

A história da população brasileira foi marcada em vários momentos por diversas alterações sociais. Destas mudanças, um deles e de grande relevância foi a educação. A escolaridade é um determinante não somente para a remuneração e o emprego, mas também de forma mais ampla, para a vida social do indivíduo e para a sua formação como cidadão. O processo educacional está entrelaçado com o desenvolvimento econômico. Como afirmou Pastore (2012) em seu artigo para O Estado de São Paulo, “sem educação não há salvação”: a história está repleta de exemplos de como a educação serviu como baluarte para superação de diversas crises, além de ser ferramenta essencial para a cidadania e economia.

A educação ao longo do tempo foi transformando-se em ferramenta imprescindível para o crescimento profissional e para o alcance de maiores rendimentos. A partir da década de 1950, no pós-guerra, a educação foi um campo estratégico para o desenvolvimento tecnológico e para a soberania dos países. Guiados pelas correntes da teoria do capital humano, os governos nacionais e a iniciativa privada incentivaram pesquisas para uma maior escolarização dos indivíduos. A partir desse contexto, segundo Santos (2010), houve aumento considerável, tanto em gastos públicos, como privados, com a educação.

As novas oportunidades, originadas das mudanças sociais e econômicas, surgiram principalmente para uma minoria com maior nível educacional. Porém, a estrutura das ocupações se tornou mais heterogênea, se distribuindo ao longo de toda a estrutura social, diferentemente do trabalho rural que agrega todas as ocupações na camada mais baixa da pirâmide social. Conforme o desenvolvimento econômico ocorria, a sofisticação de empregos também acontecia, a indústria e os serviços urbanos se modernizavam e a demanda por trabalhadores capacitados crescia. Aqueles que tinham níveis mais altos de educação passaram a gozar de prestígio e altas rendas, subindo muito na escala social e provocando grande desigualdade social (PASTORE; VALLE SILVA, 2000).

A fim de entender as consequências destas distorções que agravam a desigualdade social e de renda, compreender a dinâmica intergeracional de educação se mostra de extrema necessidade, tendo em vista a relação íntima que possui com a distribuição de renda

(MACHADO; GONZAGA, 2007). Além disso, o entendimento desta relação implica em melhores norteamentos para os investimentos públicos que são destinados para diminuição da desigualdade.

No presente trabalho, os esforços se darão em analisar a mobilidade intergeracional educacional, que busca entender as mudanças de posição de uma pessoa, ou de um grupo, dentro dos estratos educacionais, em relação a seus predecessores. A compreensão da influência das características dos pais sobre os seus filhos, que é a análise mais comum da literatura de mobilidade educacional, é muito importante, tendo em vista que os efeitos negativos da baixa mobilidade intergeracional de educação pode representar a perpetuação da desigualdade e do baixo nível de desenvolvimento econômico e social.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O artigo em questão fará uso da abordagem metodológica encontrada em Rother (2007). Intitulada como Revisão Narrativa, sua escolha foi definida pela possibilidade de permitir uma pesquisa ampla sobre o tema da mobilidade intergeracional de educação no Brasil.

Desta forma, para buscar compreender a relação intergeracional de educação no Brasil, principalmente entre pais e filhos, a pesquisa bibliográfica se baseou nos seguintes conjuntos de termos-chave: "mobilidade intergeracional"; "mobilidade social" e "educação"; "mobilidade intergeracional" e "educação" nos principais bancos de dados científicos, como: Scielo, Google Acadêmico, Repositório Ipea e de alguns dos principais periódicos nacionais da área de Economia, como: Revista Brasileira de Economia (FGV), Pesquisa e Planejamento Econômico (IPEA), Estudos Econômicos (USP) e Economia (ANPEC). Ademais, a investigação em busca de artigos do referido tema foi empregada também na seleção de trabalhos acadêmicos com referências diretas a Ferreira e Veloso (2003), um dos principais marcos da literatura econômica sobre a mobilidade intergeracional de educação.

A busca dos artigos por meio das investigações com as palavras-chave supracitadas teve como resultado a seleção de 69 artigos. Adotou-se um critério adicional por meio da análise da especificidade das obras em contribuir com avanços na literatura econômica e ter como ênfase a temática da mobilidade intergeracional educacional no Brasil. Desta forma, parte dos trabalhos foram excluídos por tratarem da mobilidade social de forma abrangente e não com o devido enfoque na mobilidade intergeracional, outros por tratarem mais especificamente da persistência da renda entre gerações e por fim, outros, por tratarem-se de trabalhos com enfoque no campo da saúde. Assim, para uma análise documental, a revisão conta com 25 artigos, entre nacionais e internacionais.

3 LITERATURA DE MOBILIDADE INTERGERACIONAL DE EDUCAÇÃO NO BRASIL

As preocupações com dados de indicadores sociais são recentes e não nos permite uma análise muito ampla, pois o Brasil definiu sua intenção de construir indicadores sociais somente na década de 1970. O crescimento econômico alcançado na época, com taxas de crescimento entre 6% e 11% ao ano, não significou avanços nos níveis sociais, como a melhora da distribuição de renda e dos níveis de pobreza, que seguiram sem grandes melhorias. Assim, da necessidade de investigar estas disparidades se originaram as pesquisas de indicadores sociais (SANTAGA, 2007). A pesquisa correspondente à esta investigação foi a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD (IBGE, 2017). A literatura, tanto nacional como internacional, que possui como objeto de análise a mobilidade educacional intergeracional no Brasil, possui os dados, em sua ampla maioria, oriundos das PNADs. A justificativa do uso massivo desta pesquisa, está em Ramalho e Netto Júnior (2018), que atribui ao fato da pesquisa possuir um

suplemento social, que possibilita o cruzamento de informações entre os pais e os filhos. Portanto, possibilitando diferentes perspectivas e investigações do tema. Assim, a presente seção está dividida em seis campos de estudo: a primeira subseção, trata do conceito de mobilidade intergeracional, a segunda subseção aborda a literatura de âmbito extensivo, que aborda a mobilidade educacional intergeracional de forma abrangente. A terceira subseção demonstra os resultados da condição de migração interna em território nacional, em relação a mobilidade educacional intergeracional. A quarta subseção trata da literatura, que aborda de forma comparativa, a respeito do nível de mobilidade educacional intergeracional encontrado em países desenvolvidos e em desenvolvimento. A quinta subseção, corresponde a parte quantitativa, presente principalmente na literatura econômica, que consiste nos coeficientes de persistência intergeracional educacional estimados na literatura. Por fim, a sexta e última subseção é uma sistematização dos resultados encontrados na literatura.

3.1 MOBILIDADE INTERGERACIONAL: CONCEITO

A mobilidade social é o conceito que diz respeito à mudança na posição social de um indivíduo ou de um grupo de pessoas ao longo do tempo (PASTORE; VALLE SILVA, 2001), tanto em comparação com a sua própria geração quanto às gerações anteriores e futuras. Segundo Pastore e Valle Silva (2000), o estudo de Mobilidade Social não pode ser visto como "flashes" e sim de forma sistemática, aproximando-se de serem vistos como "filmes", que possibilitam captar a dinâmica e a evolução da sociedade.

Antes do advento do sistema capitalista moderno, as sociedades eram organizadas através de estamentos e a mobilidade social era absolutamente reduzida. As mudanças econômicas e sociais contribuíram para a maior mobilidade social em diversos países. Advém dessas constatações o estudo da mobilidade intergeracional, que compreende o estudo das heranças oriundas de uma geração para a seguinte, seja de renda, ou educação, por exemplo.

Além disso, a mobilidade intergeracional possui diferentes formas de ser analisada e compreendida. Na Sociologia, com o exemplo da clássica obra de Pastore e Valle Silva (2000), uma sociedade apresenta maior mobilidade quando possui filhos que tenham chances maiores de pertencer a uma classe social que seja diferente da dos seus pais (FERREIRA; VELOSO, 2003). Na literatura econômica, segundo Ferreira e Veloso (2003), a mobilidade intergeracional é vista de forma distinta: para uma sociedade ser considerada com maior mobilidade (de renda ou de educação) é preciso que a influência intergeracional tenha menor importância na determinação dos resultados dos filhos em termos da variável que está sendo analisada. Assim, segundo Ferreira e Veloso (2003), é possível que uma sociedade possua alta mobilidade aos olhos da Sociologia, mas seja considerada de baixa mobilidade quando empregado o conceito econômico.

3.2 LITERATURA GERAL

Até 2003, havia poucos estudos na área da economia em relação a mobilidade intergeracional educacional no Brasil. Mesmo no campo sociológico, havia poucos expoentes na literatura nacional, onde se iniciaram os estudos sobre o tema. Segundo Lam (1999), a alta persistência intergeracional de renda e educação são possivelmente os motivos dos altos níveis de desigualdade social existentes no Brasil. Já para Friedman (1962), ao relacionar de forma comparativa duas sociedades que possuam o mesmo nível de desigualdade, aquela com sistema mais rígido, ou seja, que há poucas mudanças sociais intergeracionais, torna-se menos desejável, pois um menor grau de persistência intergeracional é mais benéfico já que produz mais chances de igualdade de oportunidade para a sociedade. Assim, ano da publicação do artigo, em 2003,

intitulado de “Mobilidade Intergeracional de Educação no Brasil” de Ferreira e Veloso, existiam poucas referências sobre este relevante assunto.

Ferreira e Veloso (2003), tido por Gonçalves e Silveira Neto (2013) como um dos principais expoentes do tema, trouxeram grandes contribuições para a literatura. Através dos dados da PNAD de 1996, os autores mediram o grau de mobilidade intergeracional de educação no Brasil, que foi 0,68. Esta medida é assumida como o grau de persistência intergeracional, ou seja, se o pai possuir um ano de estudo acima da média, seu filho ou sua filha tem um valor esperado de 0,68 ano de estudo acima da média. Comparando com os resultados do trabalho de Behrman *et al.* (2001), Fernando e Veloso (2003) concluíram que o coeficiente intergeracional de educação brasileiro é maior que dos países desenvolvidos e de diversos países ainda em desenvolvimento. Ademais, para Ferreira e Veloso (2003) o nível de mobilidade é diferente entre raças e regiões no Brasil: a mobilidade foi menor na região Nordeste do que na região Sudeste e foi mais baixa para negros do que para brancos. Outro importante resultado observado é que a persistência intergeracional de educação foi substancialmente elevada nas extremidades dos níveis de escolaridade, ou seja, foi maior entre filhos que possuem pais com baixa escolaridade e o mesmo valeu para os filhos que possuem pais com alta escolaridade.

Seguindo os passos de Ferreira e Veloso (2003), Mahlmeister *et al.* (2019) utilizou a mesma metodologia para atualizar os achados. Como Ferreira e Veloso tinham utilizado dados disponíveis na época, no caso a PNAD de 1996, Mahlmeister *et al.* (2019) fizeram uso dos dados mais atuais disponíveis na PNAD de 2014.

Mahlmeister *et al.* (2019) confirmaram a tendência verificada por Ferreira e Veloso (2003) com os dados de 1996, ou seja, a mobilidade segue sendo menor para filhos que possuem pais com menor escolaridade do que para filhos com pais de escolaridade mais elevada. Entretanto, divergência substancial pode ser observada nas estimativas do coeficiente de persistência entre gerações, que passou de 0,68 em 1996 para 0,58 em 2014. As diferenças no padrão de mobilidade entre raças e região continua a mesma tendência observada em 1996. Menor mobilidade entre negros e maior persistência educacional de alta escolaridade entre brancos. No Nordeste, a probabilidade de um filho de pai sem escolaridade permanecer no mesmo nível educacional do pai é aproximadamente três vezes maior do que no Sudeste. Outra tendência analisada que se repetiu do trabalho original de 1996 foi a alta persistência intergeracional nas extremidades da distribuição, porém houve uma diminuição nos níveis mais baixos e um aumento nos níveis mais altos. Além disso, foi verificado que o coeficiente de persistência é menor para as gerações mais jovens, mesma tendência encontrada em Leite e Cunha (2023). Mahlmeister *et al.* (2019) atribuiu esse padrão ao fato de os indivíduos mais jovens possuírem proporcionalmente pais mais escolarizados do que os outros grupos de idade.

A mobilidade educacional no trabalho de Leite e Cunha (2023), foi medida baseada nos dados da PNAD 2014. Através de uma ampla análise da persistência intergeracional por geração, verificada por recorte de idade, com os indivíduos nascidos a partir de 1950 divididos a cada 5 anos, até o ano de 1995. Ou seja, nove grupos de idade. As estimações da persistência intergeracional foram feitas com a variável explicativa: educação da mãe, com a educação do pai e para ambos. Em todas as idades a persistência, sob a condição das três variáveis explicativas diminuiu substancialmente, fato relevante foi a diminuição da persistência para os grupos mais jovens.

Outro trabalho relevante é o de Ramalho e Netto Junior (2018), que trouxe avanços na literatura ao tratar da questão da coresidência no efeito da transmissão de conhecimento. Grande parte da literatura não considera este atenuante, caso dos trabalhos de Ferreira e Veloso (2003) e Mahlmeister *et al.* (2019). Os autores justificam a utilização deste dado, pois esta decisão provavelmente ocorre de forma não aleatória e pode fazer parte do planejamento familiar, desta forma produzindo características diferentes para cada grupo, seja de atributos observáveis e não observáveis, como motivação, esperança, perseverança. Partindo deste

pressuposto, os autores acreditam que a não observação de um dos grupos citados, corresidentes ou emancipados, pode incorrer em viés de seleção amostral. Os objetivos realizados deste trabalho foram o de (i) avaliar o grau de transmissão intergeracional de educação no Brasil e, de forma específica, Ramalho e Netto Junior (2018) buscaram (ii) estimar se a não contabilização de filhos adultos corresidentes pode gerar vieses na mensuração dos indicadores de mobilidade intergeracional. Ao utilizar o trabalho de Ferreira e Veloso (2003) como referência comparativa, o trabalho utilizou métodos parecidos e as mesmas categorizações em termos de recorte de idade.

A conclusão de Ramalho e Netto Junior (2018) com a análise dos dados sobre os filhos corresidentes é que o grau de persistência intergeracional de educação para o Brasil sem observar esta condição (corresidência) torna os resultados tendenciosos. Foram encontradas evidências de menor persistência intergeracional para o grupo de filhos corresidentes. O novo valor do coeficiente de persistência intergeracional ao considerar a coresidência foi de 0,55 para 1996, um resultado menor do que os valores encontrados por Ferreira e Veloso (2008) e por Mahlmeister et al (2019).

O estudo mais recente de Araújo, Netto Júnior e Siqueira (2022) também comparou a mobilidade intergeracional educacional nos anos de 1996 e 2014, utilizando os dados das PNADs dos respectivos anos citados. O cuidado maior foi o de investigar as mudanças nos indicadores de mobilidade relacionados à educação e averiguar os fatores que afetaram essa mobilidade. Os autores levaram em conta chefes de família de ambos os sexos, e como Ramalho e Netto Júnior (2018), também consideraram as informações sobre filhos corresidentes e emancipados. Em relação aos filhos corresidentes, a dinâmica educacional, se comparada a dos emancipados, é maior, conforme também já fora apresentado por Ramalho e Netto Júnior (2018). Além disso, para as famílias situadas em área rural e na região Nordeste, uma menor mobilidade educacional foi observada. O autor atribui este fato por conta da região possuir a maior taxa de analfabetismo do país. Ademais, o estudo encontrou evidências que mulheres e filhos emancipados apresentam maior grau de mobilidade em relação aos homens e aos filhos dependentes. A constatação de Araújo, Netto Júnior e Siqueira (2022) relacionou o aumento da chance de um indivíduo possuir baixa escolaridade pela proporção inversa da educação dos pais, ou seja, quanto maior o nível desta, menor a chance do filho ter um nível de escolaridade baixo.

Em termos de métodos quantitativos, a literatura de mobilidade intergeracional utiliza principalmente regressões tradicionais de mínimos quadrados ordinários (MQO) ou matrizes de transição para a construção dos seus indicadores (Pastore, 1979; Pastore e Valle Silva, 2000; Ferreira e Veloso, 2003; Ramalho e Netto Junior, 2018; Mahlmeister *et al.*, 2019; Araújo, Netto Júnior e Siqueira, 2022). Em alguns trabalhos mais recentes, tem aparecido também o método de regressões quantílicas, que permite múltiplas análises e possibilita uma observação mais ampla da mobilidade intergeracional. Os estudos de Paschoal (2008) e Gonçalves e Silveira Neto (2013) se destacam pela utilização de regressões quantílicas para a mensuração dos indicadores de mobilidade.

O estudo de Paschoal (2008) possui como cerne a análise da mobilidade intergeracional em diferentes graus da distribuição de escolaridade. Utilizando os dados da PNAD de 1996, a autora analisou a influência de educação do pai e da mãe em relação aos filhos e filhas. As características da amostra denotaram que mais da metade dos filhos e filhas cujos pais são analfabetos reportaram serem negros ou pardos. Já aqueles e aquelas que responderam que seus pais possuíam graduação superior eram, em sua grande maioria, brancos. Quase metade dos filhos que possuíam pais com ensino superior residem no Sudeste, enquanto o Nordeste concentrava maioria dos filhos que tinham pais analfabetos.

As conclusões da autora divergem das de Ferreira e Veloso (2003) e Mahlmeister et al (2019), pois para Paschoal (2008) os resultados indicam que a mobilidade intergeracional é maior nas caudas da distribuição de escolaridade de filhos e filhas em relação à educação de

pais e mães. Ao comparar filhos e filhas, os filhos demonstraram ter maior rigidez intergeracional, portanto maior persistência educacional advindos do pai e da mãe. Outro relevante aspecto em relação ao gênero, diz respeito a educação da filha possui mais dependência da educação da mãe e a educação dos filhos tende a ser mais próxima de seus pais. Thomas (1994) considera esta ocorrência como um viés de gênero, atribuindo esta diferença à alocação de recursos das famílias, ou seja, as mães tendem a investir mais na criação das filhas enquanto os pais tendem a investir mais na criação dos filhos. Em todos os graus de distribuição da escolaridade, a idade, fato de ser negro ou pardo e a residência em área rural foram fortes influenciadores negativos no nível de escolaridade dos filhos.

Assim como Paschoal (2008), os autores Gonçalves e Silveira Neto (2013) lançaram mão de regressões quantílicas e fizeram uma atualização do coeficiente de persistência intergeracional para o Recife, munidos dos dados da Fundação Joaquim Nabuco, de 2010. Os autores argumentaram que todas as mudanças, tanto sociais, como econômicas, ocorridas após 1990 possivelmente produziram grandes efeitos na mobilidade educacional. Até então, os dados sobre o Recife contavam com estimações feitas pela PNAD de 1996. Além, disso com os dados da mesma PNAD, de 1996, estimaram a persistência para as principais regiões metropolitanas e para o restante do Brasil.

As estimativas dos autores, feitas separadamente para pai e filho, e para mãe e filho, demonstraram que a mobilidade educacional para as Regiões Metropolitanas é maior do que a mobilidade no restante do Brasil. Enquanto a média da persistência educacional intergeracional educacional entre pais e filhos nas Regiões Metropolitanas ficou em 0,619 com dados de 1996, o estudo encontrou um coeficiente de 0,744 para o restante do Brasil no mesmo ano. Tratando-se especificamente da influência da mãe, o coeficiente médio para as regiões metropolitanas foi de 0,714 e, para o restante do Brasil, foi de 0,837. Para a Região Metropolitana do Recife, o coeficiente intergeracional, em relação a pais e filhos, foi de 0,658 em 1996. No entanto, a estimativa do mesmo coeficiente foi de 0,494 em 2010. No caso dos resultados da persistência educacional em relação a mãe sobre os filhos, o coeficiente foi de 0,743 para a região do Recife em 1996 e de 0,556 em 2010. Ao comparar os resultados de 1996 e 2010, a persistência educacional entre pais e filhos diminuiu – a mesma conclusão encontrada para o Brasil em Mahlmeister *et al.* (2019) e Leite e Cunha (2023).

Outro relevante resultado apontado por Gonçalves e Silveira Neto (2013) foi a diminuição da influência de gênero ou raça. Os autores atribuem este avanço aos esforços públicos em relação aos programas sociais e a oferta de vagas escolares. O resultado indica novamente que a característica que possui maior influência na determinação do nível escolar de um indivíduo é a posição social de sua família. Portanto, baseado nestes resultados, pode-se considerar que as políticas públicas para o avanço da mobilidade intergeracional deve ter como ênfase as famílias socialmente fragilizadas. Paes de Barros e Lam (1993) já afirmavam que as políticas com o objetivo de combater o baixo investimento em capital humano deve ser as famílias com pais de baixa escolaridade e não as famílias mais pobres.

Ainda sobre as considerações quanto à utilização e ações do poder público, através das evidências de suas obras, a literatura fez importantes recomendações. Para Netto Junior, Ramalho e Silva (2013), o norteamento de políticas públicas deve se basear em programas de transferência de renda para lares monoparentais, pois segundo seus estudos estes grupos são os mais fragilizados e possuem menos chances de ascender socialmente, pois possuem reduzidas chances de mobilidade intergeracional de renda e educacional. As recomendações dos autores para os investimentos públicos é de serem voltados para melhoria do acesso e qualidade de educação, com ênfase também na criação de oportunidades de qualificação profissional e de emprego para os mais pobres.

Para Leite e Cunha (2023), a elevação da mobilidade, tanto para brancos e pretos, bem como para mulheres e homens, evidenciam os efeitos das políticas públicas recentes, como os

programas de transferência de renda serem condicionados à presença escolar. Além disso, Daude e Robano (2015), apontam que a expansão das séries iniciais foram um ponto de grande avanço para o Brasil, mas apontaram para a importância do ensino médio, que segundo os autores, está longe de ser universal. Ribeiro (2017) analisando as transições educacionais, do final da década de 1980 e início da década de 1990, constatou diminuição da desigualdade de oportunidades educacionais, para todos os níveis, exceto para o ensino médio. Conforme Glewwe e Kassouf (2010), os países latino-americanos obtiveram significativos avanços nos indicadores escolares, principalmente no aumento das matrículas, na faixa etária de 8 a 14 anos, porém ainda com muita defasagem para idade de 15 anos. Aumentar os investimentos em transferência de renda e de saúde. Assim, melhorando o acesso ao seguro-desemprego e serviços de saúde pública, que são ferramentas que possibilitariam as famílias a se proteger dos choques de liquidez. Tais situações as fazem muitas vezes diminuir os investimentos educacionais nos filhos ou até envolvendo os filhos em um início prematuro no mercado de trabalho para complementar a renda familiar, o que os distanciam da ambição escolar. Entretanto, políticas como financiamento estudantil, segundo Paes de Barros *et al.* (2001), precisam ser menos complexas e de mais fácil acesso.

A importância das medidas para o fomento e expansão da educação está ligada aos efeitos indiretos que produz: na desigualdade e na melhora do nível social da sociedade. Conforme Leite e Cunha (2023), a educação é a fonte principal de mobilidade social. Assim, acreditam que a educação universal e gratuita pode ser compreendida como fator condicionante positivo para o rompimento intergeracional. Entretanto, apontam além da importância das características quantitativas, como maior oferta escolar por exemplo, a relevância das características qualitativas. Estas dizem respeito a qualidade do ensino, pois demonstram que a diferença das qualidades da educação privada, alcançada somente por parte da população, que possui maiores níveis de renda e pública, destinada, geralmente, para os indivíduos de famílias pobres. Portanto, acabam por colaborar para alta persistência educacional.

Acrescenta-se também o efeito positivo da educação nos níveis de renda, entretanto este efeito colaborou para um ambiente de maior desigualdade. As consideráveis mudanças vivenciadas pelo Brasil no âmbito educacional ao longo do séc. XX propiciaram um ambiente de maior distanciamento de renda entre os trabalhadores. De acordo com Pastore e Valle Silva (2000, p. 1), o Brasil se caracteriza "por ser um país de muita mobilidade social e enorme desigualdade". Essa frase se justifica ao analisarmos os dados de seu trabalho, em que os autores utilizam informações de 1973, referentes a pesquisa de Pastore (1979), e de dados da PNAD de 1996, captando as transformações a longo prazo. Para os dados de 1973 há muita mobilidade intergeracional: 47,1% dos filhos superaram seus pais, 41,0% permaneceram no mesmo estrato social e, por fim, apenas 11,3% desceram na escala social. Ou seja, 88,1% dos filhos ou permaneceram na mesma escala social de seus pais ou ascenderam socialmente. Pastore e Valle Silva (2000, p. 1), em síntese, concluíram "A maior parte da população passou de um estrato social para outro imediatamente superior. A menor parte subiu vários degraus na escala social". Portanto, houve uma acentuação da desigualdade apesar de ter havido bastante mobilidade. Em relação aos dados de 1996, resultados similares aos de 1973 foram encontrados, ou seja, muita mobilidade, onde muitos subiram pouco e poucos subiram muito. Os dados de 1996 apontam para uma mobilidade ascendente 5% maior do que em 1973, demonstrando maior dinamismo na sociedade brasileira. Mas esta mobilidade foi concentrada principalmente nos estratos mais baixos da sociedade. Fato relevante também ocorrido nesta época foi o acontecimento mais intenso da mobilidade circular, onde existem trocas de posição entre os indivíduos, para um subir, outro necessariamente precisa descer. A mobilidade circular ocorrida se deu por conta da melhora nos níveis educacionais, destaque principalmente para o ensino básico. Em 1970, entre os indivíduos de 15 a 19 anos, havia uma taxa de analfabetismo de 33,6%, em 1996, os indivíduos desta mesma faixa etária possuíam 14,7%. (PASTORE; VALLE SILVA, 2000).

Para Valle Silva e Hasenbalg (2000), este aumento da desigualdade se deve ao crescimento experimentado pelo Brasil que começou no pós-guerra até 1980 e contribuiu para a ascensão ao grupo das dez maiores economias do mundo. Entretanto, a educação foi uma variável que não cresceu neste mesmo ritmo, pelo contrário, cresceu lentamente. Os autores apontam que a lenta, mas contínua melhora educacional, com expansão das vagas, melhoria nas taxas de alfabetismo, aumento nos anos de estudo na época não foram o bastante para levar a uma elevação no nível de renda e uma melhor distribuição.

Ribeiro (2017) defende que, no longo prazo, a expansão educacional provocou queda acentuada da desigualdade de renda. Para o autor, os aumentos dos níveis educacionais propiciaram diminuição significativa das distorções de renda. Os dados analisados, oriundos das PNADs de 1973 a 2014, demonstraram queda significativa na imobilidade de 46% em 1973, para 33% em 2014. A mobilidade total cresceu em todo o período, partindo de 54%, no primeiro ano supracitado, para 67% respectivamente. A mobilidade ascendente também obteve significativo crescimento, partindo de 25% em 1973 e chegando a 34%, em 2014.

No trabalho de Netto Junior, Ramalho e Silva (2013), a mobilidade intergeracional de renda e a mobilidade intergeracional educacional foi analisada através dados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000, do IBGE, escolhido por conta de sua robustez de 25 milhões de informações, frente aos 300 mil da PNAD. Ao se comparar as duas mobilidades, os autores concluíram que a mobilidade intergeracional de renda é mais rígida do que a originada da educação. Os resultados evidenciaram o que já está propagado pela literatura educacional. Além disso, eles mostram que a mobilidade de educação também possui correlação com a mobilidade intergeracional de renda, ou seja, as características da pessoa de referência, do cônjuge, da residência e da família exercem grande influência na mobilidade de renda. Em resumo, foi observado que certos grupos, como indivíduos do sexo masculino, brancos, com pais altamente educados, criados em famílias com ambos os pais e residentes na região Sudeste, têm maior probabilidade de alcançar níveis mais altos de renda. Por outro lado, em casos de famílias monoparentais, os filhos com uma pessoa de referência do sexo feminino tendem a ter uma maior chance de ascender para níveis de renda superiores em comparação com famílias monoparentais lideradas por homens.

As evidências produzidas pela investigação de Netto Junior, Ramalho e Silva (2013) demonstram que a escolaridade dos pais e a estrutura familiar são características chave para a mobilidade intergeracional de renda e educacional. Assim, os autores concluíram que existe uma possível relação de causalidade entre mobilidade de renda e educacional. Esta conclusão coincide com a apresentada por Valle Silva e Hasenbalg (2000), que atestaram a importância da renda familiar, considerando-a como uma variável-chave para demanda educacional por parte das famílias, onde são deparadas com o custo de oportunidade de manterem ou não os filhos matriculados na escola. Paes de Barros *et al.* (2001), responsabilizaram também a baixa escolaridade por conta da baixa renda, pois impede as famílias mais pobres de investir na escolarização de seus filhos.

No estudo de Machado e Gonzaga (2007), a análise dos efeitos da renda e educação dos pais foi feita através da probabilidade das crianças estarem atrasadas em termos de defasagem idade-série, usando a PNAD 1996. Os resultados sugerem que as características da família que passam de uma geração para outra estão intimamente ligadas com os níveis de renda e escolarização que os filhos alcançarão. Paes de Barros *et al.* (2001) argumentam que as famílias que menos investem no capital humano são as que possuem mais chances de permanecer com nível educacional e de renda baixos. O público infantil mais suscetível à ocorrência de defasagem idade-série é composto por crianças do sexo masculino, não brancos, residentes das regiões onde existem maiores dificuldades de oferta educacional, como o Nordeste, e que pertencem a famílias mais numerosas e tendo a pessoa de referência com baixo grau de instrução educacional.

Finalmente, vale tratar do trabalho de Leone (2021), que buscou a compreensão de um tema que ainda não havia sido investigado no Brasil, trazendo importantes avanços a literatura: a diferença de mobilidade entre os gêneros, com o enfoque na busca do entendimento do papel do sexo na determinação das diferenças de persistência intergeracional educacional. A origem dos dados advém da PNAD 2014. O estudo empregou três ferramentas: matrizes de mobilidade, regressões univariadas e técnicas econométricas multivariadas. A análise das evidências confirmaram os achados de grande parte da literatura: o nível educacional das crianças está amplamente associado à educação de seus pais com maior instrução, esta correlação é maior para mulheres do que para homens. Outra relevante conclusão diz respeito a mobilidade educacional, onde as mulheres apresentam menor chance de permanecer sem certificado escolar e maior possibilidade de alcançar o ensino superior. Além disso, confirmou um aumento significativo da mobilidade educacional intergeracional para ambos os sexos. As evidências apresentadas pelo autor dão conta que este aumento ocorreu pelo resultado geral do aumento de anos de escolaridade da população e não necessariamente pelas mudanças na transmissão educacional intergeracional, pais e filhos.

3.3 MIGRAÇÃO INTERNA

A migração inter-regional no Brasil passa a ter papel mais significativo no desenvolvimento econômico a partir da década 50. O aumento da infraestrutura urbana, como a criação de novas estradas, do crescimento da indústria e da colheita do café, atraiu mão-de-obra de todo o país, principalmente para a região Sudeste. A origem dos migrantes em sua maioria, cerca de 50%, eram naturais do Nordeste (SIQUEIRA, 2006). Além disso, segundo Pastore e Valle Silva (2000), o movimento migratório rural-urbano foi responsável importante da mobilidade ascendente, no período de 1950 a 1970, por apresentar melhores condições de emprego para os migrantes. Portanto, o estudo desta temática torna-se variável importante da literatura de mobilidade educacional, pois permite a comparação entre o migrante com os nativos, tanto do lugar de destino, como os de origem. No Brasil, historicamente, as regiões Nordeste e Sudeste são protagonistas desta dinâmica, sendo em sua maioria a origem e destino, dos migrantes. As desigualdades regionais, tanto no quesito renda, bem como infraestrutura é tema presente em diversos debates. Em relação a isso, Feres (2006, p.17) temos a seguinte afirmação:

As diferenças observadas entre as regiões mais desenvolvidas e menos desenvolvidas são enormes. Por exemplo, o percentual médio de analfabetos, em 2000, nas regiões de maior desenvolvimento é de cerca de 5% enquanto que nas menos desenvolvidas chega próximo a 30%. Quanto à infra-estrutura domiciliar, quando se considera apenas esse último grupo de regiões, o percentual médio fica ao redor de 11% em 2000, em contraste com o valor médio de 65% para as regiões mais desenvolvidas.

Desta forma, a literatura também trata a respeito da mobilidade intergeracional educacional em relação à migração, para verificar se as novas condições encontradas pelos migrantes possuem efeitos na mobilidade intergeracional e para comparar os níveis encontrados de mobilidade entre nativos e migrantes. Na literatura internacional, temos evidência de que a condição de migração possibilita maior grau de mobilidade educacional intergeracional. Lam e Liu (2019), em recente análise quanto aos movimentos educacionais em Hong Kong, concluíram que os filhos de migrantes alcançam uma mobilidade elevada no sistema educacional, superando o nível de mobilidade de filhos de pais nativos de Hong Kong. Oberdabernig e Scheneebaum (2017) averiguaram que pais migrantes possuem menor nível de escolaridade que pais nativos em muitos países da Europa, mas seus filhos acabam sendo muitas vezes capazes de superar o nível de educação de seus pais e até mesmo aproximar-se do nível alcançado pelos filhos de nativos. O motivo destes resultados possivelmente está no fato das

melhores condições estruturais na oferta educacional, já que os locais de destino forneceriam em tese melhores oportunidades do que os locais de origem. Ademais, o grupo de migrantes possuiria melhores características não observáveis, como ambição, motivação, perseverança. Por fim, a alteração do ambiente seria benéfico à acumulação de capital humano dos filhos. Desta forma, os efeitos externos, oriundos do novo ambiente seriam capazes de atenuar os efeitos negativos da educação dos pais em relação a educação dos filhos.

O trabalho de Netto Júnior, Porto Junior e Figueirêdo (2008) verificou a dinâmica da desigualdade de capital humano e migração, observando as consequências na mobilidade intergeracional educacional. Os autores demonstraram que a migração e a mobilidade educacional parecem ter uma relação positiva no Brasil. Em seus estudos, concluíram que as famílias com pessoas de referência sendo migrantes analfabetos possuem menos chances de que seus filhos permaneçam nos mais baixos estratos sociais, se comparada às famílias de mesmas características dos não migrantes, dando a entender uma menor persistência educacional nos pais com baixa escolaridade. Os resultados sugerem que sair da região nordestina, entre 1995 e 2005, implicou melhores oportunidades no campo educacional para os seus filhos, convergindo com a literatura internacional (OBERDABERNG; SCHENEEBAUM, 2017).

Netto Júnior, Porto Junior e Figueirêdo (2008) encontram também que a população migrante nordestina nos anos 2000 obteve maior mobilidade e uma menor persistência a permanecer nos níveis sociais mais baixos, quando comparada aos seus residentes também do Nordeste. Entretanto, quando comparado aos não migrantes, os nordestinos residentes no Sudeste apresentam mobilidade mais rígida e maior persistência intergeracional.

Sousa (2012) talvez seja responsável pelo principal trabalho sobre a mobilidade intergeracional educacional segundo a migração. De acordo com Alves (2020), o autor é a principal referência no assunto por conta de seu trabalho “Dinâmica intergeracional educacional no Brasil: um estudo sobre as famílias migrantes, seletividade e efeitos do ambiente”. Utilizando dados do Censo demográfico de 2000, Sousa (2012) demonstrou que a mobilidade educacional ascendente incide mais sobre os filhos de famílias migrantes se comparada às famílias não migrantes. O objetivo do trabalho de Sousa (2012) foi o de analisar a relação da mobilidade intergeracional educacional no Brasil através da comparação entre as famílias migrantes e não migrantes das principais regiões de origem e destino. Verificando os dados do movimento migratório em solo nacional, nos anos de 2000, 1980 e 1991, o autor concluiu que o Nordeste foi a principal região de origem da migração. O Sudeste apresentou maior volume de imigrantes, ou seja, destacou-se como principal região de destino da migração.

Ainda segundo Sousa (2012), maior grau de mobilidade se verificou entre as famílias migrantes. Além disso, ao comparar as famílias migrantes com as famílias nativas de suas regiões de origem, foi observado um menor grau de persistência para os migrantes. Notou-se também maior rigidez, ou seja, maior persistência para as famílias nativas nos estratos de nível mais baixos de educação, enquanto as chances para se manter nos níveis mais elevados de educação são mais prováveis para um filho de família de migrantes.

Os residentes da região Nordeste, segundo Sousa (2012), possuem menores chances de mudarem para um nível mais elevado de educação quando comparados aos residentes da região Sudeste. A justificativa destas diferenças já havia sido explicada por Paes de Barros e Lam (1993), que atribuem o fenômeno ao fato da média de escolaridade das crianças no Sudeste ser muito maior do que a escolaridade média de crianças no Nordeste. A explicação para esta disparidade entre as crianças se dá por conta da escolaridade e renda dos pais serem consideravelmente maiores no Sudeste. Sousa (2012) evidenciou as características de um indivíduo com maiores chances de alcançar níveis mais elevados de educação: o mesmo pertencer a uma família biparental e os pais serem migrantes.

Em síntese, a conclusão obtida por Sousa (2012) é que o efeito familiar tem substancial influência sobre o nível de acumulação de capital humano dos filhos. Porém, quando as famílias saem do local de nascimento e migram para outras regiões e se deparam com os efeitos externos positivos, pode ocorrer a diminuição da persistência educacional. Esse resultado se aproxima dos obtidos por Netto Júnior, Porto Junior e Figueirêdo (2008).

Outro estudo importante é o de Alves (2020). O trabalho teve como foco verificar as mudanças no status educacional do indivíduo em relação aos seus pais, observando as diferenças entre filhos de migrantes e de nativos. Ao discorrer sobre o tema, a autora levou em conta não somente os dados do pai, mas também informações sobre a escolaridade da mãe, tendo em vista que a literatura aponta que a educação materna é mais influente do que a paterna na educação dos filhos. Esta confirmação ocorre em Paschoal (2008, p.71), que afirma:

Entre os homens verificou-se que a educação das mães influenciam mais a sua educação do que a educação de seus pais. Entre as mulheres, o mesmo também ocorre, a educação das mães tem coeficientes estimados para a persistência intergeracional maiores em magnitude do que os coeficientes da educação dos pais. Ou seja, existe menor mobilidade para homens e mulheres em relação à escolaridade das mães, em outras palavras, as mães têm maiores chances de influenciar a escolaridade dos seus filhos.

Ao comparar os dados de 1996 e 2014, a autora mostrou que os indivíduos que não possuíam escolaridade com pais também sem escolaridade diminuíram. Além disso, verificou-se que a proporção desse grupo, tanto para a população não migrante quanto para a população migrante, diminuiu consideravelmente. A mobilidade total foi maior para os filhos de migrantes, do que para os não migrantes, convergindo com os achados da literatura (NETTO JÚNIOR, PORTO JUNIOR, FIGUEIRÊDO, 2008; SOUSA, 2012). Ao fazer a estimação do coeficiente de persistência intergeracional de educação, analisando os anos de 1996 e 2014, o trabalho chegou à conclusão que o coeficiente diminuiu. Para o ano de 1996, considerando a escolaridade do pai, o coeficiente foi de 0,7768, enquanto o coeficiente considerando a educação da mãe para o mesmo ano foi de 0,8827. Para o ano de 2014, o coeficiente baseado na escolaridade do pai foi de 0,5622, enquanto o baseado na escolaridade da mãe atingiu 0,5877. Os valores se aproximaram daqueles encontrados por Ferreira e Veloso (2008) e Mahlmeister *et al.* (2019).

Os filhos de migrantes nordestinos com destino para o Sudeste entre as décadas de 1950 e 1980 possuem maior grau de persistência intergeracional segundo Alves (2020). O coeficiente para esse grupo atingiu 0,8451, superior aos nativos do Sudeste (0,5771) e também mais elevado do que os de origem do Nordeste (0,6989). A autora argumenta que os migrantes citados conseguiram melhores condições de sustento para sua família, mas não necessariamente conseguiram ampliar o horizonte educacional de seus filhos.

Em relação aos dados mais atuais, em Leite e Cunha (2023) com a PNAD de 2014, o Nordeste não permaneceu com o coeficiente de maior persistência intergeracional. Houve expressiva queda em todas as regiões, mas principalmente no Nordeste, que foi superado pela região Norte em termos de persistência. Já em relação a maior mobilidade através das gerações, a região Sul obtinha os maiores níveis, mas foi ultrapassada pela região Centro-Oeste. Estas evidências corroboram a indicação de que houve melhora substancial nos níveis de mobilidade educacional nas regiões do Brasil.

3.4 LITERATURA INTERNACIONAL: O BRASIL EM PERSPECTIVA COMPARADA

Os estudos apontam que a persistência intergeracional é maior nos países em desenvolvimento quando comparados aos países desenvolvidos. Além de trazer importantes

comparações entre estes dois grupos, vários estudos internacionais incluem o caso brasileiro. Anegues e Figueiredo (2016) fazendo uso da proposta de Anderson *et al.* (2009), a igualdade de oportunidade qualificada, como referência de análise para a mobilidade intergeracional do Brasil e do Canadá. A teoria postulada por Anderson *et al.* (2009) diverge da ideia de que políticas públicas devem buscar a total igualdade das oportunidades. Essa concepção teria como finalidade a eliminação de todas as dependências intergeracionais, sendo elas benéficas ou não. Para os autores, benéficas seriam as transmissões positivas do *background* familiar, como pais com nível educacional elevado influenciando os filhos a possuírem também um alto grau de escolaridade. A consequência de eliminação total da dependência em relação a origem social pode fazer o indivíduo ter o seu futuro determinado por fatores aleatórios. Isso produziria um cenário de maior incerteza na economia. Desta forma, a abordagem que o autor postula é aquela que almeja uma melhor equalização de oportunidades, tendo como foco a promoção da melhoria dos indivíduos que não possuam *background* positivo, mas sem reduzir as chances daqueles que possuam tal efeito.

O trabalho traz resultados comparativos entre a escolaridade do Canadá e do Brasil. Os dados a respeito da escolaridade dos indivíduos e dos seus pais no Canadá é oriundo da General Social Survey Cycle 19 de 2005, fornecida pelo Statistic Canada. Em relação ao Brasil, os dados são originados da PNAD, de 1996. No Canadá, a média de anos de estudo dos filhos em comparação aos pais foi praticamente três vezes superior, dando indícios que as gerações conseguiram superar os *status* econômicos de origem, diminuindo a persistência intergeracional. Para o Brasil, existe um cenário bem distante do supracitado, a alta persistência intergeracional exposta pelos dados demonstram que as gerações de filhos superaram apenas de forma discreta a de seus pais.

As estimativas trouxeram resultados que indicam que o grau de persistência intergeracional no Brasil e Canadá se comporta de forma menos influente nos níveis mais baixos de escolaridade. Já em relação aos indivíduos mais educados, o grau de persistência é maior. Entretanto, nos níveis maiores de escolaridade, há maior correlação entre pais e filhos no Canadá, enquanto nos níveis de menor escolaridade, existe mais correlação no Brasil. Os autores chegam a conclusão que o padrão de transmissão de educação entre as gerações, tanto no Canadá como no Brasil, apresentam características que distanciam ambas as economias do objetivo de igualdade de oportunidades qualificada proposta.

Ainda comparando a mobilidade internacional com a realidade brasileira, Behrman *et al.* (2001) encontraram evidências que indicam padrões distintos de mobilidade em países em desenvolvimento. Nesta pesquisa, os autores desenvolveram uma medida resumida de mobilidade que auxiliou nas comparações deste indicador. Assim, os pesquisadores chegaram à conclusão que a persistência educacional dos países em desenvolvimento é maior do que nos Estados Unidos. O caso brasileiro se mostra mais grave, os índices verificados para Brasil e Colômbia foram em ambos de 0,70, no Peru e México, de 0,50; enquanto nos Estados Unidos, o índice atingiu 0,35, mostrando que mesmo comparado a algumas economias da América Latina, o Brasil possui maior correlação intergeracional. Valle Silva e Hasenbalg (2000) explicam, utilizando as PNADs de 1976, 1986 e 1998, os motivos da rigidez intergeracional educacional brasileira citando quatro principais causas: nível educacional médio da população baixo; desigualdade educacional; persistência educacional expressiva de pais e avós na educação das crianças e; por fim, grandes disparidades regionais na qualidade de ensino da educação das crianças.

Considerando estas constatações, temos o importante indicativo que, nos países em desenvolvimento, as perspectivas de uma pessoa atingir uma posição de nível educacional diferente de seus pais são significativamente mais restritas. Hertz *et al.* (2008) obtêm a mesma conclusão em outro estudo sobre o Brasil e a América Latina. Os autores encontraram evidências de grandes diferenças regionais na persistência educacional, tendo os países da

América Latina exibindo as maiores correlações intergeracionais entre todos os 47 países analisados e os países nórdicos, as mais baixas.

O estudo de Neidhöfer *et al.* (2018), com dados mais recentes, atesta que a mobilidade intergeracional está crescendo na América Latina. Esse padrão provavelmente se deve ao impulsionamento causado pelo alto crescimento nos níveis de escolaridade das crianças de famílias com baixa escolaridade. Entretanto, diferenças substanciais entre os países continuam a ser observadas e estão associadas à desigualdade de renda, pobreza, crescimento econômico, gastos públicos com educação. Os autores também apresentam dados dos indivíduos que ultrapassaram a educação de seus antepassados. Ao se analisar os resultados comparando pessoas nascidas em 1940 e 1990, o Brasil figura em quinto lugar na classificação de países da América Latina. Venezuela e Paraguai lideram o *ranking*.

Para melhorar seus indicadores sobre a mobilidade educacional, a literatura internacional traz importantes considerações sobre os caminhos a serem tomados por Brasil e América Latina a fim de diminuir a mobilidade intergeracional. Em síntese, para Neidhöfer *et al.* (2018), os países em desenvolvimento deveriam buscar: aumentar os níveis de PIB per capita; níveis mais baixos de desigualdade de renda e pobreza; retornos mais baixos para a educação (medidos pela proporção de salário/hora em relação as pessoas com altos e baixos níveis de escolaridade); e maiores gastos públicos em educação.

Inspirados pela crescente literatura sobre a primeira infância, Daude e Robano (2015) ressaltam a importância das séries iniciais, que se estende do desenvolvimento cognitivo do indivíduo até o emocional. O trabalho enfatiza também a importância nutricional para o desenvolvimento das crianças, que está ligado diretamente à sua saúde. O estudo resalta também o papel de programas condicionais de transferência de renda, similares ao Bolsa Família no Brasil, que concedem benefícios monetários às famílias condicionados a participação escolar dos filhos. Desta forma, os programas promovem maior aderência escolar dos filhos das pessoas de baixa renda, diminuindo a taxa de abandono, conforme diferentes estudos que comprovam estes efeitos:

Nossas estimativas por escola indicam que, após a contabilização dos efeitos de defasagem, o programa (Bolsa Família) aumentou as matrículas em 5,5% em escolas de 1ª a 4ª série e em 6,5% em escolas de 5ª a 8ª série, diminuiu as taxas de abandono escolar em 0,5 ponto percentual de 1ª a 4ª série e em 0,4 por cento de 5ª a 8ª série, e aumentou as taxas de aprovação em cerca de 0,9 ponto percentual de 1ª a 4ª série e 0,3 ponto percentual de 5ª a 8ª série (Glewwe; Kassouf, 2010, p.15).

Portanto, munida de estudos com diversos países, a literatura internacional, chega à conclusão que os países desenvolvidos, quando comparados aos países em desenvolvimento, apresentam maior mobilidade intergeracional. Outro fato relevante, em particular para o Brasil, o índice de persistência é mais alto, mesmo se comparado aos países de mesma região. Entretanto, estudos recentes apontam o aumento da mobilidade intergeracional da América Latina. Assim, as recomendações para a direção das políticas públicas para atenuar ainda mais a alta persistência intergeracional se encontram no aumento dos investimentos em educação e aumento do PIB per capita.

3.5 COEFICIENTES DE PERSISTÊNCIA INTERGERACIONAL: UM RESUMO

As obras apresentadas, em sua maioria, ou estimam ou utilizam como referência para análise o grau de persistência intergeracional educacional. Na literatura econômica sobre o assunto, dois métodos despontam como mais utilizados, o método de mínimos quadrados ordinários (MQO) e o de regressões quantílicas.

O método de MQO estima o coeficiente apenas a partir do efeito médio de uma variável na distribuição condicional de outra variável dependente, enquanto o uso de regressões quantílicas permite a utilização de mais variáveis explicativas em diferentes pontos da distribuição condicional da variável dependente (GONÇALVES; SILVEIRA NETO, 2013). Assim, o último permite analisar uma quantidade maior de informações sobre a população de interesse do que as estimativas MQO.

Os trabalhos também escolhem diferentes variáveis explicativas para mensurar a mobilidade educacional. As variáveis podem ser a educação dos pais, a educação da mãe, os níveis de escolaridade da mãe e do pai em conjunto. Já a variável dependente mais corriqueiramente na literatura são os filhos e as filhas, mas também podem variar quanto ao gênero. Tendo em vista estas diferenças, tanto na escolha da utilização do método para o cálculo dos coeficientes, como suas variáveis, se faz necessário uma análise panorâmica das escolhas da literatura.

Em resumo, o Quadro 1 mostra o grau de persistência, que é o nível de rigidez intergeracional educacional, a medida varia de 0 a 1, o seu resultado é a expectativa da influência educacional da família em relação à educação dos filhos. Portanto, para números mais próximos de “1”, o resultado familiar é mais esperado ser reproduzido na próxima geração e a mobilidade será menor. Por outro lado, caso o coeficiente seja mais próximo de “0”, a relação dos resultados educacionais entre a família e os filhos será menor, indicando maior mobilidade.

Behrman *et al.* (2001) ao estimar os graus de persistência para países da América Latina e Estados Unidos, utilizando dados de pesquisas realizadas entre 1985 a 1996, encontraram uma mobilidade educacional substancialmente maior dos norte-americanos. Hertz *et al.* (2008), chegou a conclusões similares à de Behrman *et al.* (2001), os países mais desenvolvidos como Itália, Suécia e o próprio Estados Unidos, quando comparados a economias em desenvolvimento, como Peru, Chile, Colômbia, México e Brasil, se provam como uma sociedade com menos interferência intergeracional educacional. O trabalho Hertz *et al.* (2008) fez o uso dos dados entre 1994 a 2004, com exceção do Peru, de 1985.

Ferreira e Veloso (2003) através da PNAD de 1996, levando em conta somente a escolaridade dos pais, estimaram o coeficiente de persistência, sendo muito próximo, conforme Quadro 1, do número encontrado por Behrman *et al.* (2001). Ramalho e Netto Junior (2018) e Mahlmeister *et al.* (2019), ao estimar os graus de persistências utilizaram como referência o trabalho de Ferreira e Veloso (2003), o primeiro fez uma releitura dos autores, adicionando nos cálculos de persistência à ideia de coresidência e o segundo, fez uma atualização, com os dados mais recentes, da PNAD 2014. Assim, a coresidência se mostra uma característica importante na mensuração do grau de persistência, visto que os resultados de Ramalho e Netto Junior (2018), utilizando dados da PNAD 1996, demonstrou resultados ligeiramente menores do que o de Ferreira e Veloso (2003). Mahlmeister *et al.* (2019), demonstrou comparativamente, os resultados de 1996 e 2014, seus resultados demonstraram queda substancial do coeficiente.

Gonçalves e Silveira Neto (2013) com o objetivo de obter evidências mais recentes para cidade do Recife, fizeram uso dos dados da Fundaj (2010). A PNAD de 1996 também foi utilizada para medir o grau de persistência para diferentes capitais do Brasil e para o restante do país. Os resultados demonstram que a persistência nas capitais é relativamente menor do que no restante do Brasil. Outro dado relevante, amplamente contemplado na literatura é o elo maior de influência na educação dos filhos: a educação da mãe obteve maior grau de persistência em todas as capitais e no restante do Brasil.

Alves (2020) utilizou as PNADs de 1996 e 2014. O autor produziu uma ampla investigação para as medidas de mobilidade intergeracional educacional, levando em consideração a influência da educação da mãe e do pai, separadamente. Nota-se, no trabalho de

Quadro 1 - Estudos de Persistência Intergeracional de Educação

Autores	Grau de Persistência	Variável explicativa	Localização	Metodologia
Behrman <i>et al.</i> (2001)	0,70	Escolaridade do pai e da mãe	Brasil	Regressão por MQO
	0,35		Estados Unidos	
	0,70		Colômbia	
	0,50		Peru	
	0,50		México	
Ferreira e Veloso (2003)	0,68	Escolaridade do pai	Brasil	Regressão por MQO
Hertz <i>et al.</i> (2008)	0,46	Escolaridade do pai e da mãe	Estados Unidos	Regressão Bivariada Simples.
	0,66		Peru	
	0,61		Equador	
	0,59		Colômbia	
	0,54		Itália	
	0,40		Suécia	
	0,59		Brasil	
0,60	Chile			
Gonçalves e Silveira Neto (2013)	P.F: 0,494 / M.F: 0,556	Escolaridade do pai e da mãe, separadamente	Recife*	Utiliza Regressão por MQO e Regressões Quantílicas.
	P.F: 0,658 / M.F: 0,743		Recife	
	P.F: 0,62 / M.F: 0,722		Salvador	
	P.F: 0,552 / M.F: 0,592		Belém	
	P.F: 0,665 / M.F: 0,784		Belo Horizonte	
	P.F: 0,548 / M.F: 0,654		Rio de Janeiro	
	P.F: 0,651 / M.F: 0,738		São Paulo	
	P.F: 0,567 / M.F: 0,665		Porto Alegre	
P.F: 0,744 / M.F: 0,837	Brasil			
Ramalho e Netto Junior (2018)	Filho não residente: 0,6976 / filho corresidente: 0,5530	Escolaridade do pai	Brasil	Uso do modelo de seleção com mudança endógena de regime, o qual permite averiguar se o indivíduo decide permanecer ou sair do domicílio chefiado pelo pai.
Mahlmeister <i>et al.</i> (2019)	0,48	Escolaridade do pai	Brasil	Regressão por MQO.
Alves (2020)	P.F: 0,7768 e M.F: 0,8827 (1996)/ P.F: 0,5622 e M.F: 0,5877 (2014)	Escolaridade do pai e da mãe, separadamente	Brasil	Regressão por MQO.
Leite e Cunha (2023)	1950-1955: 0,737	Escolaridade do pai e da mãe	Brasil	Uso de regressão bivariada simples. Analisou por recortes de nascimentos a persistência intergeracional educacional.
	1956-1960: 0,683			
	1961-1965: 0,585			
	1966-1970: 0,538			
	1971-1975: 0,520			
	1976-1980: 0,482			
	1981-1985: 0,468			
	1986-1990: 0,408			
	1991-1995: 0,279			

Fonte: Elaboração própria

Notas: P.F, se refere a pai e filho. M.F, representa mãe e filho

*Dados Fundaj (2010). Restante das estimativas de Gonçalves e Neto (2013) PNAD 1996.

Alves (2020), que o coeficiente diminuiu substancialmente de 1996 para 2014, sendo compatível com os resultados da literatura. As estimações de Leite e Cunha (2023) convergem com a análise feita por Mahlmeister *et al.* (2019), os dados da persistência intergeracional feita por recortes de nascimento, com os dados da PNAD de 2014, evidenciam a queda substancial do coeficiente para os mais novos.

3.6 SISTEMATIZAÇÃO DA LITERATURA

Tendo em vista o expressivo número de informações da literatura de mobilidade intergeracional educacional expostos no presente artigo, quanto aos âmbitos: extensivo, de migração e de perspectiva comparativa, se faz necessário para que as informações não fiquem dispersas, uma breve sistematização, em formato de resumo. Assim, o Quadro 2 foi formulado com os autores divididos em grupos, juntamente com os principais resultados.

Tema/ Autores	Resultados
LITERATURA EXTENSIVA	
Araújo, Netto Júnior e Siqueira (2022)	Persistência intergeracional no Brasil diminuiu ao longo do tempo. A coresidência é uma atenuante importante a se considerar, já que quando observada produz resultados que indicam maior mobilidade para este grupo do que para os filhos não-residentes. Mobilidade resultante através da ótica sociológica: muitos subiram pouco e poucos subiram muito. A correlação da educação das mães possui maior influência na educação dos filhos, quando comparada a dos pais. Raça, idade, gênero e região de nascimento são fortes influenciadores no nível educacional. Coeficiente de persistência para região metropolitana é menor do que para o restante do Brasil. Níveis de renda interligados com o nível educacional. Orientações quanto as políticas públicas.
Daude e Robano (2015)	
Ferreira e Veloso (2003)	
Glewwe e Kassouf (2010)	
Gonçalves e Silveira Neto (2013)	
Leite e Cunha (2023)	
Leone (2021)	
Machado e Gonzaga (2007)	
Mahlmeister et al. (2019)	
Netto Junior, Ramalho e Silva (2013)	
Paes de Barros e Lam (1993)	
Paschoal (2008)	
Pastore e Valle Silva (2000)	
Ramalho e Netto Junior (2018)	
Ribeiro (2017)	
Valle Silva e Hasenbalg (2000)	
LITERATURA DE MIGRAÇÃO INTERNA	
Alves (2020)	Relação positiva entre mobilidade educacional e migração interna, as evidências demonstram que os migrantes encontraram melhores oportunidades no campo educacional em seu destino do que havia em sua região de origem.
Lam e Liu (2019)	
Leite e Cunha (2023)	
Netto Júnior, Porto Junior e Figueirêdo (2008)	
Oberdabernig e Scheneebaum (2017)	
Paes de Barros e Lam (1993)	
Pastore e Valle Silva (2000)	
Sousa (2012)	
LITERATURA DE PERSPECTIVA COMPARATIVA	
Annegues e Figueiredo (2016)	Evidências que indicam padrões distintos de mobilidade educacional em países em desenvolvimento e países desenvolvidos.
Behrman et al. (2001)	
Hertz et al. (2008)	
Neidhöfer et al. (2018)	

Fonte: elaboração própria.

O resultado concernente da literatura extensiva demonstra os resultados que abordam a mobilidade intergeracional educacional de forma abrangente. A literatura que aborda os resultados da condição de migração interna em território nacional, em relação a mobilidade educacional foi intitulada como literatura de migração interna. E por fim, o último grupo citado

no Quadro 2, a literatura de perspectiva comparativa, aborda o nível educacional intergeracional encontrado em países desenvolvidos e em desenvolvimento.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os esforços iniciais do presente artigo foram concentrados na conceituação da mobilidade intergeracional, através da literatura sociológica clássica, encontrada em Pastore e Valle Silva (2000) e na literatura econômica, baseada em Ferreira e Veloso (2003). Como apresentado, a importância deste indicador está relacionada ao fato de possuir elo substancial com o desenvolvimento econômico e social. Portanto, com base na literatura nacional e internacional, buscou-se investigar sistematicamente a literatura sobre os efeitos da educação dos pais em relação a dos filhos, averiguando as estimativas de persistência intergeracional, suas características, interpretações e evolução principalmente no Brasil.

A literatura nacional, munida principalmente dos dados das PNADs de 1973, 1982, 1988, 1996 e 2014, fez uso, em sua maior parte, de regressões baseadas em MQO e regressões quantílicas para estimar os graus de persistência intergeracional. Outra ferramenta usada por boa parte da literatura foi mensurar as chances de um indivíduo mudar de estrato social por meio de matrizes de transição, o que está presente em boa parte dos trabalhos sociológicos. Utilizando distintos métodos e perspectivas, a literatura sobre tema expandiu o arcabouço de conhecimento a respeito da mobilidade intergeracional de educação no país.

Na literatura brasileira, as estimativas quanto à persistência intergeracional tem como um de seus principais expoentes o estudo de Ferreira e Veloso (2003), que estimou os graus de persistência com os dados da PNAD de 1996. Ao comparar seus resultados com as estimativas de outros países, Ferreira e Veloso (2003) concluíram que, de maneira geral, não só o Brasil, mas também outros países em desenvolvimento, apresentam maior rigidez em termos de mobilidade intergeracional educacional. Trabalhos posteriores, como Ramalho e Netto Junior (2018) e Mahlmeister *et al.* (2019), trouxeram novas contribuições. Ramalho e Netto Junior (2018), ao adicionar a coresidência parental, verificou resultados que indicaram uma diminuição dos graus de persistência intergeracional quando se compara com filhos emancipados. Já Mahlmeister *et al.* (2019), com os dados da PNAD de 2014, fizeram uma ampla comparação com os dados obtidos por Ferreira e Veloso (2003) e concluíram que houve uma diminuição substancial da persistência intergeracional. Esta tendência é verificada em boa parte da literatura analisada, para todas regiões brasileiras, entre pretos, brancos, homens, mulheres, e principalmente para as gerações mais novas. A base destas mudanças, para Leite e Cunha (2023), está relacionada com as políticas públicas adotadas, como os programas de transferência de renda condicionado à presença escolar dos filhos e também relacionada ao aumento de pais escolarizados. Para Daude e Robano (2015), a expansão escolar vivenciada desde a redemocratização no Brasil também é um dos fatores responsáveis pelos aumentos da mobilidade educacional.

Outro fato relevante presente na literatura é o norteamento das políticas públicas, que devem envolver o condicionante de baixa escolaridade dos pais, conforme enfatizaram Paes Barros e Lam (1993) e Gonçalves e Silveira Neto (2013). Assim, mais eficientes serão as políticas públicas se estas tiverem ênfase nas famílias fragilizadas socialmente.

Em síntese, a literatura chegou a diversos resultados: (i) a mobilidade educacional se mostrou menor entre negros, residentes da área rural, pertencentes de família mais numerosas, emancipados e residentes do Nordeste; (ii) a persistência educacional nos níveis mais altos foi maior entre brancos; (iii) para maiores níveis de educação dos pais, menores são as chances do filho possuir baixa escolaridade; (iv) a influência da educação da mãe é maior do que comparada à dos pais. Além disso, uma parte da literatura investigou a mobilidade educacional na condição de migração. Os resultados encontrados se mostraram positivos, provavelmente por conta do

migrante se deparar com as externalidades positivas encontradas no destino, como melhor oferta escolar, melhor infraestrutura urbana, que são condicionantes que podem diminuir a dependência da educação dos filhos em relação aos pais, ou seja, acarreta maior mobilidade educacional.

Apesar desses resultados importantes a respeito da mobilidade educacional no Brasil, a literatura sobre o tema ainda é relativamente escassa. Os resultados apresentados, contudo, mostram que a pesquisa sobre o tema é essencial, seja para auxiliar na tomada de decisão dos órgãos públicos para o gerenciamento das ações que almejem atenuar as mazelas da desigualdade, seja para a sociedade em geral estar informada a respeito do tema para demandar mais políticas públicas para aumentar a mobilidade educacional nas famílias em maior vulnerabilidade. Espera-se que esse artigo possa ser útil enquanto sistematização da literatura para futuros estudos sobre mobilidade intergeracional.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Gordon; LEO, Teng Wah; MUELHAUPT, Robert. Qualified equal opportunity and conditional mobility: Gender equity and educational attainment in Canada, **University of Toronto Department of Economics**, n. 368, p. 1-35, 2009.

ANEGUES, Ana Cláudia; FIGUEIREDO, Erik. Mobilidade Intergeracional Qualificada: Uma Abordagem de Mensuração Utilizando Regressões Quantílicas. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 20, n.1, p. 95-117, 2016.

ARAÚJO, Adriano Firmino V. de Araújo; JR, José Luis da S. Netto; SIQUEIRA, Liedje Bettizaide Oliveira de. Mobilidade Intergeracional Educacional no Brasil: Uma Análise Comparativa dos Anos de 1996 e 2014. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 91–112, 2022.

BARROS, Ricardo Paes de *et al.* Determinantes do desempenho educacional no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 1-42, 2001.

BARROS, Ricardo Paes de; LAM, David. Desigualdade de renda, desigualdade em educação escolaridade das crianças no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 1-28, 1993.

BEHRMAN, Jere R.; GAVIRIA, Alejandro; SZÉKELY, Miguel. Intergenerational Mobility in Latin America. **Economía - Journal of the Latin American and Caribbean Economic Association**, v. 2, n. 1, p. 1-44, 2001.

DAUDE, Christian; ROBANO, Virginia. On intergenerational (im)mobility in Latin America. **Latin American Economic Review**, v. 24, n. 1, p. 1-29, 2015.

FERES, Flávia Lúcia Chein. **Desigualdade Regional, Migração e Urbanização**: três ensaios sobre desenvolvimento. 87 f. Tese (Doutorado em Economia do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional) - Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006.

FERREIRA, Sergio Guimarães; VELOSO, Fernando A. Mobilidade Intergeracional de Educação no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 3, p. 1-17, 2003.

FIGUEIREDO, Erik Alencar de. SILVA, Cleiton Roberto da Fonseca; REGO, Herbert de Oliveira. Desigualdade de Oportunidades no Brasil: efeitos diretos e indiretos. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 237 - 254, 2012.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalism and Freedom**. Chicago: University Of Chicago Press, 1962.

GLEWWE, Paul; KASSOUF, Ana Lúcia. O impacto do Programa Bolsa Família no total de matrículas do ensino fundamental, taxas de abandono e aprovação. **1º Prêmio e 1ª Mostra Nacional de Estudos sobre o Programa Bolsa Família**. Brasília: Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, 2009.

GONÇALVES, Michela Barreto Camboim; SILVEIRA NETO, Raul Da Mota. Persistência intergeracional de educação no Brasil: o caso da Região Metropolitana do Recife. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 43, n. 3, p. 435–463, 2013.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 108-128, 2000.

HERTZ, Thomas *et al.* The Inheritance of Educational Inequality: International Comparisons and Fifty-Year Trends. **Advances in Economic Analysis & Policy**, v. 7, n. 2, p. 1775–1775, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Linha do tempo** - síntese da História do IBGE (1936-2016). Rio de Janeiro, 2017.

JUNIOR, José Luis da Silva Netto; RAMALHO, Hilton Martins de Brito; SILVA, Edilean Kleber da. Transmissão Intergeracional de Educação e Mobilidade de Renda no Brasil. **Revista Economia e Desenvolvimento**, v. 12, n. 2, p. 6-34, 2013.

LAM, David. Generating Extreme Inequality: Schooling, Earnings, and Intergenerational Transmission of Human Capital in South Africa and Brazil. **Population Studies Center**. Michigan, v.443, n. 99, p.1-45, 1999.

LAM, Kit-Chun; LIU, Pak Wai. Intergenerational Educational Mobility in Hong Kong: Are Immigrants More Mobile than Natives? **Pacific Economic Review**, v. 24, n. 1, p. 137-157, 2019.

LEITE, Thiago Henrique. Mobilidade Educacional Entre Gerações no Brasil. **Encontro de Economia da Região Sul**, 26. Curitiba: UFPR, 2023.

LEONE, Tharcisio. The gender gap in intergenerational mobility. **World Development Perspectives**, v. 21, n. 100286, p. 1-10, 2021.

LONGO, Flávia Vitor; VIEIRA, Joice Melo. Mobilidade educacional intergeracional entre mães e filhos adolescentes no Brasil: superando desvantagens. **Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, 19. São Paulo: ABEP, 2014.

MACHADO, Danielle Carusi; GONZAGA, Gustavo. O impacto dos fatores familiares sobre a defasagem idade-série de crianças no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 61, n. 4, p. 449–476, 2007.

MAHLMEISTER, Rodrigo *et al.* Revisitando a Mobilidade Intergeracional de Educação no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 73, n. 2, p. 159 - 178, 2019.

NEIDHÖFER, Guido; SERRANO, Joaquín; GASPARINI, Leonardo. Educational inequality and intergenerational mobility in Latin America: A new database. **Journal of Development Economics**, v. 134, p. 329–349, 2018.

NETTO JÚNIOR, José Luis da Silva; PORTO JÚNIOR, Sabino da Silva; FIGUEIRÊDO, Erik Alencar de. Migração e Distribuição de Capital Humano no Brasil: mobilidade intergeracional educacional e intrageracional de renda. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 39, n. 4, p. 404-427, 2008.

OBERDABERNIG, Doris; SCHNEEBAUM, Alyssa. Catching up? The educational mobility of migrants' and natives' children in Europe. **Applied Economics**, v. 49, n. 37, p. 3701-3728, 2017.

PASCHOAL, Izabela Palma. **Mobilidade intergeracional de educação no Brasil**. 2008. 81 f. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2008.

PASTORE, José. Sem educação não há salvação. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 24 abr. 2012.

PASTORE, José. VALLE SILVA, Nelson do. Análise dos Processos de Mobilidade Social no Brasil no Último Século. **Encontro Anual da ANPOCS**, 25. Caxambu: ANPOCS, 2001.

PASTORE, José; VALLE SILVA, Nelson do. **Mobilidade Social no Brasil**. São Paulo: Makron Books, 2000.

RAMALHO, Hilton Martins de Brito; JUNIOR, José Luis Silva Netto. Dinâmica Intergeracional de Educação e Corresidência entre Pais e Filhos Adultos no Brasil. **Análise Econômica**, Rio Grande do Sul, v. 36, n. 69, p. 231-258, 2018.

REIS, Mauricio Cortez; RAMOS, Lauro. Escolaridade dos pais, desempenho no mercado de trabalho e desigualdade de rendimentos. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 65, n. 2, p. 177–205, 2011.

RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. Nota Técnica: Tendências da desigualdade de oportunidades no Brasil: mobilidade social e estratificação social. **Mercado de Trabalho**, n. 62, p.1, 2017.

ROEMER, John. **Equality of Opportunity**. Cambridge: Harvard University Press, 1998.

ROTHER, Edna Terezinha. Editorial: Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta Paul Enferm**, São Paulo, v.20, n. 2, p. 1, 2007.

SANTAGA, Salvatore. Indicadores Sociais: Uma Primeira Abordagem Social e Histórica. **Pensamento Plural**. Pelotas, v. 1, n. 1, p. 113-142, 2007.

SANTOS, Manoel Dos. Educação e sua relação com o Trabalho: limites e possibilidades da Teoria do Capital Humano face ao desenvolvimento de potencialidades humanas. **Revista Entreideias: Educação, Cultura E Sociedade**. Salvador, n. 18, p. 33-47, 2010.

SIQUEIRA, Liédje Bettizaide Oliveira de. **Uma Análise do Fluxo Migratório Brasileiro: Migração para Regiões Pobres e Migração de Retorno**. 2006, 96 f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) - Programa de Pós-Graduação em Economia – PIMES, da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2006.

SOUSA, Ramailda Batista de. **Dinâmica Intergeracional Educacional no Brasil: Um Estudo sobre as Famílias Migrantes, Seletividade e Efeitos do Ambiente**. 2012. 51 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

THOMAS, Duncan. Like father, like son; like mother, like daughter: Parental resources and child height. **The Journal of Human Resources**, v. 29, n. 4, p. 950–988, 1994.

VALLE SILVA, Nelson do. HASENBALG, Carlos. Tendências da desigualdade educacional no Brasil. **Dados**. Rio de Janeiro, v. 43, n. 3, p. 1- 17, 2000.